

## O Ensino das Literaturas em Português: Entre o Abismo e o Sofá

*Prestes a começar a falar, ainda hoje a desnorteia pensar que o prazer que um dia sentiu ao estar ali, sentada entre seus pares, diante da promessa da lousa, escutando e anotando, foi responsável por conduzi-la a esse outro lugar que agora ocupa, diante (e tão distante) deles.*

Marcos Natali, *A Literatura em Questão*, 242.

A aula de literatura pressupõe a leitura do texto literário. É comumente aceite que o texto (a não ser em casos isolados, quando é breve, ou escolhido sob a forma de excerto) deve ser lido antes da aula, é anterior à aula, precede-a. De certa forma, é como se a aula fosse um apêndice em relação ao trabalho de leitura que já se fez. E, afinal, esta aula-apêndice é necessária ou não? Poderia um estudante ter uma nota brilhante num exame de literatura após a leitura aturada de bibliografia primária e secundária, sem necessidade da aula? Tudo nos indica que sim. Mas, então, para que servem as aulas de literatura, nas quais tantas vezes os professores recorrem à paráfrase, ao resumo, mesmo ao spoiler do final do romance, se os estudantes podem encontrar no texto e no aparato crítico em torno do mesmo (hoje em dia até em aplicações de inteligência artificial como o ChatGPT) material suficiente para passar no exame? A verdade é que, como argumenta Alcir Pécora, o que os professores de letras dão nas aulas de literatura não é propriamente “conhecimento,” ainda que precisem muitas vezes de o afirmar para justificarem a sua existência (Pécora 2014, 307). Se a aula não traz exatamente conhecimento, qual é a estranha motivação que leva o estudante à aula quando esta não tem utilidade prática e existe apesar e para além da nota e da conclusão satisfatória da disciplina? Qual é o prazer que anula o desprazer de numa aula o professor nos contar o final de um romance?

Tendo, no início deste século, sido alunas de literatura do mesmo professor, o professor Abel Barros Baptista, na Universidade Nova de Lisboa, a nossa resposta comum é que o prazer deriva do contacto com o domínio de uma arte performativa, que, no caso das referidas aulas, consistiu numa verdadeira escola de ironia e de humor como forma de nos relacionarmos com o texto literário.

As aulas de literatura oferecem ainda um prazer paralelo ao da própria literatura, resultante da revisitação e indagação dos textos na companhia do professor e colegas. Nesta aula-diálogo formulam-se múltiplas hipóteses sobre o texto, numa longa sequência de perguntas sem resposta. Ora, se o ensino e a aprendizagem da literatura residem num processo de perguntas sem resposta, como alinhar isto com a necessidade do exame de literatura a que nos referíamos acima? Qual é a resposta para o exame? Qual é a resposta à pergunta sobre se a *Capitu* de Machado de Assis foi ou não infiel? Porque é que a literatura, e as aulas de literatura, são importantes? Talvez disto se deduza que as aulas de literatura são mais importantes para o resto das nossas vidas do que para o exame.

Agradecemos, desde logo, o muito generoso e desafiante convite da Professora Anna M. Klobucka, editora da *Portuguese Literary & Cultural Studies*, para organizarmos o volume sobre o ensino das literaturas em português. O tema que aqui nos ocupa, o do pensamento sobre o ensino da literatura, é, de certa forma, pouco comum. Não será por acaso que Paulo Franchetti, em nota prévia ao seu importante estudo *Sobre o Ensino da Literatura*, descreve com espanto: “. . . passei a vida ensinando e me preocupando com o que ensinar e como ensinar. E escrevi pouco sobre isso. . . . Então por que dediquei tão poucas páginas ao que para mim era essencial?” (Franchetti 2021, 7).

Procuramos, com este volume, dar espaço a esta indagação rara, a reflexão sobre a aula de literatura e sobre os sistemas de ensino que lhe servem de suporte, sobre o texto literário e sobre o que lhe acontece ao ser ensinado. E o que são hoje as literaturas “em português,” procurando nós afastar-nos do uso da palavra “lusófonas”? Poderão debates centrais nos nossos dias, como o da descolonização do currículo, ser de particular importância no caso das literaturas em português, dado o papel de Portugal na história global como potência colonizadora? Se, como na máxima de Faulkner, “the past is never dead. It’s not even past,” também a aula de literatura ressuscita o texto literário, trá-lo de volta, renova-o. Desde *Os Maias* à *Dama Pé-de-Cabra*, os artigos deste volume são um bom exemplo de como a aula de literatura sacode e revitaliza o texto, que nunca está verdadeiramente terminado, como, aliás, não o está o passado (em português).

Recentemente, numa palestra transmitida na BBC, Chimamanda Ngozi Adichie refletiu sobre os tempos atuais de censura social e sobre como estes, na sua perspetiva, comprometem a liberdade criativa e podem ameaçar a literatura. A escritora nigeriana fala de um ambiente geral de autocensura que poderá dissuadir as pessoas de dizerem o que pensam ou de pensarem de maneira diferente.

Cabendo à literatura a revelação da complexidade humana e das suas contradições, abdicar dela, para Chimamanda, seria perder uma boa parte daquilo que nos torna humanos:

Literature deeply matters and I believe literature is in peril because of social censure. If nothing changes, the next generation will read us and wonder, how did they manage to stop being human? How were they so lacking in contradiction and complexity? How did they banish all their shadows? (Adichie 2022)

Chimamanda centra a sua atenção no contexto histórico-cultural dos países de língua inglesa e tem sobretudo em consideração a sua atividade como escritora e não tanto o papel de quem ensina literatura. Em “A Paradoxalidade do Ensino da Literatura,” Silvina Rodrigues Lopes considera que este não deve ser alheio a “questões éticas e políticas.” A literatura não tem de assumir uma responsabilidade social, mas as questões levantadas pelos textos nas aulas “fazem apelo ao debate entre professores e à responsabilidade que devem assumir” (Lopes 2003, 126). Na hora de preparar e planear uma aula, pensamos certamente na literatura como exemplo maior da complexidade humana, retomando o argumento de Chimamanda, mas também não nos são estranhas as inquietações do ensaio de Silvina Rodrigues Lopes, e não nos é difícil formular a seguinte pergunta: qual é a parte de responsabilidade e de liberdade dos professores na escola ou na universidade no momento de escolherem os textos e de pensarem no que com eles vão fazer: contribuir para a educação de cidadãos responsáveis? Refletir sobre a história e cultura nacionais? Analisar as potencialidades da língua? Ou simplesmente partilhar o prazer da leitura destes textos e o gozo de os interrogar?

Todas estas decisões dependem também do formato que queremos dar a essa aula e do lugar onde a vamos ensinar. Se ensinarmos literatura numa universidade, podemos criar o programa, escolher autores, definir objetivos, sugerir tópicos de análise, e propor uma avaliação. Se ensinarmos no ensino básico e secundário, sobretudo nos três últimos anos do ensino obrigatório, e no caso português, temos de nos cingir a um programa proposto pelo Estado, que orienta o trabalho, determinando muitas vezes a leitura de excertos de obras e a verificação de determinadas ideias prévias sobre textos e autores. A chamada “educação literária” é antes uma “literatura sob protectorado,” que tem consistido, ao longo dos tempos, como notou Abel Barros Baptista, num “rol de textos a dar uns ares de cânone para os pobres” e na “indicação do que deve ser ensinado a respeito” das obras e autores (Baptista 2015, 26), o que limita a

liberdade e o espírito de iniciativa dos professores e compromete a experiência dos estudantes.

É nesse rol de textos do programa de Português do ensino secundário que encontramos o canónico romance de Eça de Queirós, *Os Maias*, que, contrariamente à ideia generalizada de que se trata de obra obrigatória, é uma entre duas opções dentro do cânone queirosiano (a outra é *A Ilustre Casa de Ramires*). Para o estudo deste romance, professores e estudantes devem considerar linhas de leitura previamente estipuladas – desde as “características trágicas dos protagonistas” à “descrição do real e o papel das sensações” (Buescu et al. 2014, 20) –, a par de aspetos relativos à linguagem, estilo e estrutura. Desde 2018 que um novo documento ministerial já não contempla estes tópicos,<sup>1</sup> mas as obras continuam as mesmas e os manuais tendem a replicar as linhas de leitura acima transcritas. Nenhuma delas, porém, prevê a possibilidade de algum estudante vir a questionar-se sobre o racismo d’*Os Maias* ou de alguma estudante indagar sobre a misoginia de algumas personagens queirosianas. A verdade é que os programas não preveem a possibilidade de se fazerem perguntas fora do programa.

No presente volume quisemos dar espaço às perguntas incómodas e compreender o porquê da acrimónia e alarido inusitados quando estas surgem. O desconforto gerado pela pergunta parece revelar o incómodo com o facto de haver perguntas que não estão no programa nacional da disciplina de Português e menos ainda no programa do debate público português, sempre avesso às questões fraturantes, “uma das palavras mais saturadas em Portugal hoje” (Feijó 2020, 12), definida argutamente nestes termos por António M. Feijó: “a não discutir; cuja discussão pública deve ser evitada”, ou “onerando ociosamente o debate público, que deveria centrar-se em tópicos de importância real” (Feijó 2020, 12).

A aula de literatura, a discussão à volta de um texto literário que nela tem lugar, não é imune (e ainda bem) ao debate fraturante; pelo contrário, estimula-o, abala as certezas que temos sobre os assuntos e sobre o mundo em que vivemos. Ambicionamos neste volume replicar essa experiência de abertura ao questionamento. Um dos ensaios deste número, o de Vanusa Vera-Cruz Lima e de Viktor Mendes, procura responder à pergunta de um estudante de licenciatura, “Era Ega racista?,” tentando orientá-lo, de forma cabal e informada, para a interpretação de uma passagem d’*Os Maias*. O artigo configura, de certa maneira, um exercício de *close reading* de uma passagem do romance queirosiano, procurando, através de uma análise cuidada, evidências textuais para a sua interpretação e para eventuais objeções que possam ser apontadas. Esta aula-ensaio é um

bom exemplo do exercício de liberdade de discutir aquilo que mais nos inquieta quando lemos uma passagem d'*Os Maias* ou de qualquer outro texto literário.

A mesma preocupação com o processo criativo e reflexivo no planeamento da aula e com a melhor abordagem teórico-pedagógica a adotar é comum aos artigos de Burghard Baltrusch, Alexandra Dias e Peter Haysom-Rodriguez. Os três refletem sobre a possibilidade de revisão crítica do cânone, à luz sobretudo dos debates recentes acerca da descolonização do currículo. Burghard Baltrusch apresenta uma proposta de leitura da lenda da *Dama Pé-de-Cabra*, de acordo com as diferentes versões da narrativa, desde a Idade Média ao século XXI, revisitando-a na literatura, mas também nas artes plásticas. A amplitude da unidade didática que propõe, baseada num texto tão presente na memória coletiva portuguesa, permite, segundo Baltrusch, uma leitura hermenêutica que faça jus quer ao contexto histórico original, quer às questões éticas e político-culturais levantadas no momento em que essa leitura é realizada na sala de aula. Alexandra Dias, por sua vez, propõe uma reflexão sobre o ensino de uma novela gráfica que retrata o início da luta anticolonial em Angola, defendendo a mais-valia do ensino desta narrativa na aula de Português Língua Estrangeira. Finalmente, o artigo de Peter Haysom-Rodriguez centra-se na análise crítica da experiência de ensinar um conto de José Saramago em aulas de licenciatura, dando atenção a um texto menos canónico no conjunto da obra de Saramago.

Os artigos de Sara de Almeida Leite e de Rui Afonso Mateus analisam o domínio da educação literária nos programas vigentes no ensino básico e secundário em Portugal, questionando a pertinência dos seus objetivos e a possibilidade de efetiva (e afetiva, sobretudo) fruição estética das obras literárias. Sara de Almeida Leite propõe não só um conjunto instigante de “direitos da literatura,” mas também propostas didáticas que visam, de facto, uma “fruição estética” do texto literário, na tentativa de o libertar das diretrizes presentes nos programas e manuais. Rui Afonso Mateus, por sua vez, defende no seu artigo a leitura da obra integral (e não apenas em excertos ou fragmentos no manual escolar) como propícia ao entendimento da noção de obra literária e ao prazer da leitura, através do estudo comparativo com os currículos de outros países europeus (e.g. Espanha, Inglaterra, Itália e França).

Os artigos de Sara Augusto e de Ana Maria Machado dão especial atenção ao ensino da literatura na sala de aula de Português Língua Estrangeira / Português Língua Não Materna no ensino universitário. Sara Augusto defende no seu ensaio a importância do conhecimento de aspetos teóricos dos estudos

literários para uma leitura mais eficaz e orientada de textos complexos e codificados. Assim, propõe um estudo do soneto e do bucolismo que permita aos estudantes usufruírem das aulas de análise textual de vários autores de diferentes períodos, desde Sá de Miranda a Bocage. O artigo de Ana Maria Machado reflete sobre as mais-valias pedagógicas e didáticas da inclusão do texto literário, adaptado ou original, nas aulas de Português Língua Não Materna, considerando o ensino da literatura indissociável do ensino da língua.

Os artigos de Ida Alves, Luís Kandjimbo e Luís Fernando Prado Telles oferecem uma reflexão sobre a presença e autonomização das disciplinas de literatura portuguesa, literatura brasileira e literatura angolana nos currículos de diferentes níveis de ensino. Ida Alves centra-se no ensino da literatura portuguesa no Brasil, questionando a atual legislação que a tem negligenciado e fazendo o escrutínio da sua presença no ensino médio e universitário. A autora refere ainda a importância dos projetos e iniciativas que têm contribuído para a divulgação de escritores portugueses junto dos leitores brasileiros. Luís Kandjimbo, por sua vez, analisa a separação curricular das disciplinas de literatura portuguesa e literatura angolana, descrevendo o percurso histórico desta última enquanto disciplina autónoma, logo depois do processo de descolonização, e destacando os diferentes obstáculos à sua constituição e à definição de um cânone literário angolano. Já Luís Fernando Prado Telles aborda no seu artigo a questão da institucionalização da disciplina de literatura brasileira nos primórdios da Universidade de São Paulo, focando-se nas décadas de 30 e 40 do século XX. O artigo faz também um levantamento aturado de documentos relativos ao estabelecimento das disciplinas de literatura luso-brasileira e à sua posterior separação.

Na conceção deste volume procurámos uma harmonização, talvez pouco frequente, entre as várias secções que o compõem: artigos, resenhas e textos literários. Os livros resenhados oferecem uma reflexão sobre o ensino e os programas escolares em Portugal (João Dionísio, *Contra a Literatura. Programas (e Metas) na Escola*, organizado por Abel Barros Baptista et al.) e sobre a responsabilidade da instituição literária, subtítulo da obra de Marcos Natali (*A Literatura em Questão*) resenhada por Anita Martins de Moraes. Problematizam o convívio entre cânone e crítica literária (Luís Prista, *O Cânone*, editado por António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Tamen). Refletem sobre o gesto de antologiar textos de diferentes tempos que dialogam uns com os outros (Patrícia Silva, *Antologia Dialogante da Poesia Portuguesa*, de Rosa Maria Martelo) ou de geografias diversas de língua portuguesa, com um passado colonial em comum (Luís Maffei, *O Brasil na*

*Poesia Africana de Língua Portuguesa*, com organização de Anita de Moraes e de Vilma Martin). Analisam a inclusão de novas palavras em volumes de teoria literária e a sua relevância para a leitura crítica dos textos (Patrícia Martinho Ferreira, (*Novas Palavras da Crítica*, organizado por José Luís Jobim, Nabil Araújo e Pedro Puro). Finalmente, mostram como a ironia pode ser uma forma de educação literária, como escreve Rita Patrício na recensão a *Obnócio (Cenas)*, de Abel Barros Baptista.

Num verdadeiro momento de *last but not least*, contamos ainda com um conjunto de textos literários que muito nos honram. Queremos, desde logo, deixar uma especial nota de agradecimento aos autores: Adília Lopes, Golgona Anghel, Isabela Figueiredo, Patrícia Lino, Paulo Faria, Pedro Mexia, Richard Zimler e Tércia Montenegro. Agradecemos aos que nos autorizaram a cedência dos direitos de reprodução dos seus textos com origem em publicações anteriores e aos que criaram textos inéditos para este número, aceitando o repto de escrever sob o mote “ensino de literaturas em português.” Nesta secção, podemos ler sobre a experiência extraordinária de se ser professora e sobre a experiência comum de todos termos sido estudantes algum dia. Os textos partilham uma ideia de literatura como algo que nos é transmitido, que nos chega em língua materna ou estrangeira. E, afinal, não será a literatura sempre uma língua estrangeira? (“Só porque uma Escada não Responde,” de Richard Zimler). A literatura aparece como herança que nos é deixada pela professora (“Queridos Alunos,” de Tércia Montenegro), ainda que à custa da nossa “vida social” (“Subordinados,” de Isabela Figueiredo). Uma herança que nos chega por via paterna na “leitura em voz alta” (“Eu que Nunca Li Beckett,” de Paulo Faria). Uma herança, enfim, que preservamos como “fórmula liceal” (“ASA PEP,” de Pedro Mexia), que se tornou num fardo (“Pediram-me um Poema,” de Golgona Anghel), e que deveríamos, talvez, derrubar (“Espingarda de Cânone Cerrado,” de Patrícia Lino). Em última instância, uma memória que é herança da experiência inicial que para todos nós foi a sala de aula (“A 1ª Classe,” de Adília Lopes). No texto de Adília Lopes, literatura e escola aparecem-nos de forma indestrinçável, visto que aqui é a própria literatura que deve a sua existência à escola: “começo sempre um texto, isto é, chego sempre ao texto, esse abismo e esse sofá, a achar que quero ir para a escola, para a 1ª classe.”

Com este volume, desejamos estimular o pensamento sobre o que é o ensino das literaturas em português, no que isto tem de quotidiano e de extraordinário, “esse abismo e esse sofá,” e esperamos que muitos outros estudos se sigam sobre este tema. Agora, desliguem os telemóveis, abram o livro: a aula vai começar.

## NOTA

1. Ver: República Portuguesa Educação. 2018. *Aprendizagens Essenciais: Articulação com o Perfil dos Alunos – 11.º Ano | Ensino Secundário*. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/11\\_portugues.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_portugues.pdf), 11.

## REFERÊNCIAS

- Adichie, Chimamanda Ngozi. 2022. “1. Freedom of Speech.” Em *The Reith Lectures. The Four Freedoms*, 30 de novembro. Londres: BBC.
- Baptista, Abel Barros. 2015. “O Protetorado pela Selecta.” Em *E Assim Sucessivamente*, 25-26. Lisboa: Tinta da China.
- Buescu, Helena, Luís Maia, Maria Graciete Silva, e Regina Rocha. 2014. *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Feijó, António M. 2020. “Cânone 1.” Em *O Cânone*, edição de António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Tamen, 11-15. Lisboa: Tinta da China.
- Franchetti, Paulo. 2021. “Nota Prévia.” Em *Sobre o Ensino da Literatura*, 7-12. São Paulo: Editora Unesp.
- Lopes, Silvina Rodrigues. 2003. “A Paradoxalidade do Ensino da Literatura.” Em *Literatura, Defesa do Atrito*, 115-33. Lisboa: Vendaval.
- Pécora, Alcir. 2014. “Literatura como Ato Irreduzível a Conhecimento.” *Remate de Males* 34, no. 2: 307-12.

ANA BELA ALMEIDA é professora na Universidade de Liverpool. Algumas das suas publicações incluem os livros: *Adília Lopes* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016); em coedição, *Literatures in Language Learning: New Approaches* (Research-publishing.net, 2020); e, em coautoria, *Quiosque Literário: Aprender Português com a Literatura* (Lidel, 2021).

JOANA MEIRIM é professora convidada na Universidade Nova de Lisboa. O seu ensaio *Uma carta à posteridade. Jorge de Sena e Alexandre O'Neill* ganhou o prémio INCM/Vasco Graça Moura de Ensaio em Humanidades (2022). Recentemente publicou o livro *O Essencial sobre as Três Marias* (INCM, 2023).